



## CONTRATO Nº 199/2021

### INSTRUMENTO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE FAZEM ENTRE SI: O MUNICÍPIO DE NARANDIBA E A EMPRESA ALFA SOLUÇÕES EM ENGENHARIA EIRELI.

Pelo presente instrumento público de contrato de prestação de serviços, de um lado o **MUNICÍPIO DE NARANDIBA**, pessoa jurídica de direito público, com Sede à Avenida Vereador Laudelino Ferreira, n.º 540, Narandiba, Estado de São Paulo, inscrita no C.N.P.J. sob n.º 44.857.027/0001-70, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, senhor **ITAMAR DOS SANTOS SILVA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG: n.º 17.832.129 SSP/SP, CPF n.º 074.780.778-70, residente e domiciliado a Rua Josefa Almeida Santos, 466, na cidade de Narandiba – Estado de São Paulo, doravante denominada simplesmente, **CONTRATANTE** e de outro lado, a empresa **ALFA SOLUÇÕES EM ENGENHARIA EIRELI**, inscrita no CPNJ n.º 34.523.834/0001-01, Inscrição Estadual n.º 292.079.339.116, com sede na Rua Aparecida Batista dos Santos, n.º 375, Bairro Sol Nascente – Sala I, na cidade de Dracena, Estado de São Paulo, CEP 17.900-000, neste ato representada pela senhora **ANALÍDIA MULLER PEREIRA CUSTÓDIO**, Responsável Legal, portadora da Cédula de Identidade RG: 40.810.245-7 e do CPF n.º 356.956.618-89, residente e domiciliada à Rua Aparecida Batista dos Santos, n.º 375, Bairro Sol Nascente – Sala I, na cidade de Dracena, Estado de São Paulo, CEP 17.900-000, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tem entre si como certo e ajustado o presente contrato, em consonância com todos os elementos da Lei Federal n.º 14.133/2021, sendo dispensado Certame Licitatório, através do **Processo n.º 2493/2021 e Dispensa por Limite n.º 2447/2021**, nos termos do Artigo 74, Inciso I da referida Lei, e com as cláusulas e condições a seguir aduzidas:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

1.1). O objeto do presente contrato é **ELABORAÇÃO DE PROJETO DE DRENAGEM URBANA, COM LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL DO LOTEAMENTO RESIDENCIAL SÃO FRANCISCO PARA**





**REGULARIZAÇÃO JUNTO A CETESB, COM LEVANTAMENTO DAS RUAS ADJACENTES COMPREENDENDO O CDHU, ESCOLA ESTADUAL TAKAKO SUSUKI, VILA MELLEN, VILA RICA, CONJUNTO HABITACIONAL 21 DE MARÇO E VILA CABRAL COMPREENDENDO UMA BACIA HIDROGRÁFICA, NO MUNICÍPIO DE NARANDIBA.**

1.2). Para a elaboração do objeto do presente contrato, obriga-se a CONTRATADA a executar:

- a) Vistoria “in loco”;
- b) Projeto de Geometria;
- c) Projeto de Terraplanagem;
- d) Projeto de Drenagem Pluvial com Estudo Hidrológico;
- e) Projeto de Sinalização e Segurança Viária;
- f) Quantitativos;
- g) Levantamento planialtimétrico, com tolerância conforme NBR 13133;
- h) Implantação e georrefenciamento de vértices de apoio fora da obra;
- i) Elementos de locação planimétrica e altimétrica.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

2.1). O valor global do presente **CONTRATO é de R\$ 32.800,00 (Trinta e dois mil e oitocentos reais).**

2.2). Os pagamentos serão efetuados através de depósito bancário em nome da CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias úteis, após a apresentação das notas fiscais/faturas, a qual deverá ser certificada pela Municipalidade.

2.4). As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá em 05 (cinco) dias após a data de sua apresentação válida e o prazo para pagamento fluirá a partir da reapresentação.





### **CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO DE ENTREGA E DO LOCAL**

3.1). O prazo máximo para entrega do objeto é de 60 (sessenta) dias úteis, a contar do recebimento da requisição emitida pela Administração.

### **CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES:**

#### **4.1). DA CONTRATADA:**

4.1.1). Promover a execução do objeto, responsabilizando-se pela qualidade e quantidade dos serviços prestados.

4.1.2). Cumprir fielmente o objeto contrato, de acordo com as especificações delimitadas pelo termo de referência e em perfeitas condições de admissibilidade e proveito pela administração.

4.1.3.). Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales refeição, vales transporte, diárias, e outros encargos que porventura venham a ser exigidos.

4.1.5). Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstas na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-la na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE.

4.1.6). Providenciar no máximo em vinte e quatro horas, contadas a partir da notificação, as modificações e adaptações requisitadas pela Administração.

4.1.7). Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a entrega do objeto contratado na data estipulada e condições previstas.

#### **4.2. Da CONTRATANTE:**

4.2.1). Verificar se o objeto entregue atende ao exigido e havendo qualquer irregularidade deverá ser emitida notificação para necessária adequação.

4.2.1). Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma convencionada, dentro do prazo previsto, desde que atendidas as formalidades necessárias.





4.2.2). Notificar a CONTRATADA, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas no fornecimento do objeto.

4.2.3). Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento dos termos do contrato.

#### **CLÁUSULA QUINTA: DO FISCAL E GESTOR DO CONTRATO**

5.1). Nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, o contratante nomeia o servidor Evandro Trombeta, Engenheiro Civil, como fiscal do contrato e sr. Mauricio Bezerra de Souza, como gestor do contrato.

5.1.1) O fiscal do contrato deverá realizar o acompanhamento da entrega do objeto da presente contratação, informando Gestor do Contrato às ocorrências que possam prejudicar o bom andamento do contrato.

5.1.2). A execução do presente contrato será acompanhada pelo Fiscal do Contrato e pelo Gestor do Contrato, conjuntamente com o apoio de fiscalização administrativa e técnica, através do Controle Interno Municipal.

#### **CLÁUSULA SEXTA: DO PRAZO**

6.1). Convencionam as partes contratantes que este **CONTRATO terá vigência de 90 (noventa) dias**, podendo ser prorrogado a critério da Administração, desde que mantida as condições ora pactuadas.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

7.1). Conforme o disposto no artigo 92, inciso VIII, da Lei Federal 14.133/2021, o CONTRATANTE declina as categorias econômicas e indica as classificações funcionais programáticas pertinentes ao crédito pelo qual ocorrerá as despesas:

##### **02 - Executivo**

02.09 – Serviços Municipais

1545200072.010000 – Manutenção dos Serviços Urbanos

3.3.90.39.00.00.00 – Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 01 – TESOURO





7.2). No (s) exercício (s) seguinte (s), correrão a conta dos recursos próprios para atender as despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro, de acordo com a respectiva LOA.

#### **CLÁUSULA OITAVA: DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES**

8.1). Este contrato deverá ser executado fielmente pelas partes ou seus sucessores, de acordo com as cláusulas aqui avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, respondendo cada uma delas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

#### **CLÁUSULA NONA: DO SUPORTE LEGAL**

9.1). A presente contratação está sendo formalizada com base na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e demais legislação aplicáveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO**

10.1). O CONTRATANTE poderá rescindir o contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial e de qualquer indenização, nos seguintes casos:

- a) O não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos, por parte da CONTRATADA;
- b) A decretação de falência ou a instalação de insolvência civil da CONTRATADA,
- c) O conhecimento de infrações à Legislação Trabalhista por parte da CONTRATADA;
- d) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- e) Razões de interesse público de conformidade com o disposto nos art. 138 e 139 da Lei Federal 14.133/2021.

10.2). Na hipótese de ocorrer a rescisão administrativa prevista no art. 138 e 139 da Lei Federal 14.133/2021, ao CONTRATANTE são assegurados os direitos previstos na Lei Federal 14.133/2021.





10.3). As hipóteses de rescisão contratual, quando incidentes por fato causado pela CONTRATADA, poderão ser cumuladas com as respectivas penalidades, sem prejuízo da cumulação de eventuais multas pertinentes ao caso.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1). Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no contrato, erros ou atrasos no cumprimento do contrato e quaisquer outras irregularidades, o CONTRATANTE poderá, garantido o contraditório e ampla defesa, aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções:

- I.** Advertência: comunicação formal, por notificação escrita por e-mail ou com aviso de recebimento, versando sobre algumas desconformidades quanto à inobservância de deveres contratuais a/ou outras obrigações assumidas, com determinação da adoção das necessárias medidas de correção e adequação da relação contratual;
- II.** Multa de 0,5% (cinco por cento) por dia, até o 5º (quinto) dia útil de atraso da prestação do serviço, sobre o valor da ordem/ solicitação de serviço ou instrumento equivalente, por ocorrência;
- III.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da ordem/solicitação de serviço ou instrumento equivalente, no caso de atraso superior a 5 (cinco) dias uteis, com a consequente rescisão contratual, quando for o caso;
- IV.** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor global empenhado, sem prejuízo de eventual rescisão, nos casos:
  - a)** Inobservância do nível de qualidade e quantidade dos serviços;
  - b)** Execução de serviço com especificação e/ou objeto diversos da proposta ofertada, salvo em caso de prestação superior devidamente justificada e aceita pela administração;
  - c)** Transferência total ou parcial do contrato a terceiros;
  - d)** Subcontratação no todo ou em parte do objeto sem previa autorização formal da Administração;





- e) Desistir do contrato ou der causa a sua rescisão, sem justificativa prévia e fundamentada, devidamente aceita pela Administração;
- f) Descumprimento de cláusula contratual.
- g) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, nas hipóteses do inciso anterior, sem prejuízo da cumulação com a multa.

11.2). A CONTRATADA que enseja o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, desistir do contrato ou der causa a sua rescisão, sem justificativa fundamentada, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3). A CONTRATADA será sancionada com o impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais.

11.4). Sem prejuízo de eventuais multas, deverá ser emitida Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que a CONTRATADA promova sua reabilitação.

11.5). As hipóteses de rescisão contratual, quando incidentes por ato causado pela CONTRATADA, poderão ser cumuladas com as respectivas penalidades, sem prejuízo da cumulação de eventuais multas pertinentes ao caso.

11.6). O valor das multas aplicadas deverá ser pago por meio de guia própria ao município de Narandiba/SP, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a





contar da data da sua aplicação poderá ser descontado dos pagamentos das faturas devidas pelo Município a CONTRATADA, quando for o caso.

11.7). À parte inadimplente compete o pagamento das despesas judiciais, se houver, acrescidas dos honorários advocatícios, na base de 10% (dez por cento)

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1). Qualquer aceitação prorrogação, ou tolerância do CONTRATANTE, em relação as obrigações assumidas na presente relação contratual, serem caráter precário e limitado, não constituindo alterações ou novação contratual.

12.2). Quaisquer alterações neste instrumento terão validade apenas se feitas mediante assinatura de termos aditivos.

12.3). Os casos omissos serão resolvidos em comum acordo pelos contratantes, em reunião da qual se lavrará ata, que integrara o presente contrato para todos os fins de direito

12.4). O contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência pela CONTRATADA, sem autorização por escrito do CONTRATANTE, sob pena de aplicação de penalidades e sanções, inclusive rescisão.

12.5). As condições estabelecidas no edital fazem parte integrante do contrato.

12.6). É vedada a subcontratação parcial ou total do objeto desta licitação, sem previa autorização do CONTRATANTE.

12.7). Se houver conveniência entre as partes e, avisado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, o presente contrato poderá ser rescindido.

12.8). As alterações no presente contrato serão realizadas mediante a celebração de Termo Aditivo.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO**

13.1). As partes elegem o Foro da Comarca de Pirapozinho, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da aplicação deste contrato.

GP

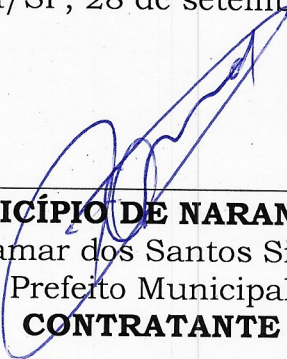


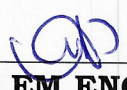


13.2). O presente instrumento será regido pela Lei Federal n. ° 14.133/2021 e legislação complementar e, subsidiariamente pela Legislação Civil.

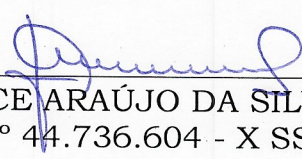
13.3). E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

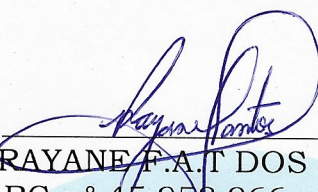
Narandiba/SP, 28 de setembro de 2021.

  
\_\_\_\_\_  
**MUNICÍPIO DE NARANDIBA**  
Itamar dos Santos Silva  
Prefeito Municipal  
**CONTRATANTE**

  
\_\_\_\_\_  
**ALFA SOLUÇÕES EM ENGENHARIA EIRELI**  
Analidia Muller Pereira Custódio  
Proprietário  
**CONTRATADO**

**TESTEMUNHAS:**

1)   
\_\_\_\_\_  
JOYCE ARAÚJO DA SILVA  
RG n° 44.736.604 - X SSP/SP

2)   
\_\_\_\_\_  
RAYANE F.A.T DOS SANTOS  
RG n° 45.958.966 - O SSP/SP





## TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE NARANDIBA

**CONTRATADO:** ALFA SOLUÇÕES EM ENGENHARIA EIRELI

**CONTRATO Nº:** 199/2021

**OBJETO:** ELABORAÇÃO DE PROJETO DE DRENAGEM URBANA, COM LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL DO LOTEAMENTO RESIDENCIAL SÃO FRANCISCO PARA REGULARIZAÇÃO JUNTO A CETESB, COM LEVANTAMENTO DAS RUAS ADJACENTES COMPREENDENDO O CDHU, ESCOLA ESTADUAL TAKAKO SUSUKI, VILA MELLEN, VILA RICA, CONJUNTO HABITACIONAL 21 DE MARÇO E VILA CABRAL COMPREENDENDO UMA BACIA HIDROGRÁFICA, NO MUNICÍPIO DE NARANDIBA.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

### 1.. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração (ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

### 2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:





- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Narandiba, 28 de setembro de 2021

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: Itamar dos Santos Silva

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 074.780.778-70

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA  
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: Itamar dos Santos Silva

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 074.780.778-70

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**Pelo contratante:**

Nome: Itamar dos Santos Silva

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 074.780.778-70

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Pela contratada:**

Nome: Analídia Muller Pereira Custódio

Cargo: Responsável Legal

CPF: 356.956.618-89

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: Itamar dos Santos Silva

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 074.780.778-70

Assinatura: \_\_\_\_\_